

GDF VAI RETIRAR 10 MIL FAMÍLIAS DE INVASÕES. NEM A ESTRUTURAL VAI ESCAPAR

DF
†

REMOÇÃO EM MASSA

Ricardo Borba



Moisés e Conceição, com a filha Esther, não vêm a hora de deixar a invasão da Estrutural. Já outros moradores prometem resistir

sunto, que está sob a coordenação pessoal do governador.

“O governador deve saber o que está falando. Mas vamos esperar para ver. O fato é que ninguém vai concordar em sair daqui”. A garantia foi dada ontem pelo presidente da Associação de Moradores da Estrutural, Orisson Leite Ramalho, ao saber que a remoção dos 4 mil barracos pode estar mais próxima do que imagina. “Queremos é a nossa fixação definitiva”.

O líder do governo na Câmara Legislativa, deputado distrital José Edmar (PMDB), confia que pelo menos duas mil famílias vão continuar na invasão. “O governador só prometeu construir duas mil casas. As demais pessoas vão para outro lugar”, disse. Edmar é o maior defensor dos invasores e quer que eles per-

maneçam no local. Mas Roriz já sinalizou que não concorda. Chegou a vetar um projeto de autoria de Edmar, aprovado na Câmara Legislativa, que transformava a invasão em uma vila operária.

Na Estrutural, o casal Moisés de Paulo e Maria da Conceição Ribeiro, de 21 anos, não vêm a hora de sair. Desde que saíram de Aldeias Altas, no Maranhão, e chegaram em Brasília foi só decepção. Estão há dois anos na invasão e não vêm a hora de sair. “A gente precisa de um lugar melhor”, diz Conceição, cabisbaixa com a filha Ester, de 8 meses, no colo.

SUJEIRA E VIOLENCIA

Se os moradores da Estrutural reclamam, na invasão do Parque Saburo Onoyama, em Taguatinga, a expectativa é grande

para que chegue a hora da mudança. E, no caso deles, se ela não aconteceu foi por falta de empenho, porque até a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente (Prodema) já determinou a retirada de mais de 500 barracos.

O último prazo para a remoção expirou na última segunda-feira, dia 21. A Prodema entende que a permanência dos invasores infringe a Lei 9.605, dos crimes ambientais, e prevê punições, uma

vez que o Parque Saburo Onoyama é uma Área de Relevante Interesse Ambiental. Desobedecendo a determinação da promotoria, o governo do DF (responsável pela solução do problema) pode ser enquadrado por improbidade administrativa, apesar de que, segundo a legislação, crimes ambientais resultam em até três anos de detenção e multas.

Enquanto isso, centenas de famílias destroem tudo. O córrego Taguatinga, que passa atrás da invasão, é usado como lavanderia e uma bomba já foi instalada para tirar água da nascente, levando-as até a torneira dos barracos. O lixo está por toda parte, principalmente às margens do córrego.

■ Colaborou Taís Braga

MEMÓRIA

ESTICA E PUXA, MAS NÃO SOME

Durante quatro anos, o governo Cristovam Buarque anuciou que retiraria os invasores da Estrutural. Mas as primeiras famílias só começaram a abandonar o local em 1997 e 1998. Feito o cadastramento socioeconômico, 1.011 de um total de 3.272 famílias concordaram em ser transferidas para lotes semi-urbanizados no Recanto das Emas, Planaltina, Samambaia e Riacho Fundo. Restaram, portanto, 2.261.

Mas a maior e mais problemática invasão do Distrito Federal voltou a crescer no primeiro ano do governo Joaquim Roriz. Os barracos de madeira e de alvenaria bairram hoje os 4 mil. O incêndio acentuou-se a partir de junho de 1999, depois que a CEB fincou postes de luz pelas ruas esburacadas e poeirentas. Encantadas com a energia elétrica, famílias de todas as partes do DF e do Entorno animaram-se a mudar para a invasão.

As autoridades do governo preferiram fazer vista grossa. Admitiam o crescimento dia após dia, mas não fizeram nada para freá-lo. A orientação parece ser a de empurrar o problema com a barriga. E a solução que o governo vislumbra deve ser a mesma que se deu a invasão do Recanto das Emas, que triplicou de tamanho no último ano: a criação de um novo bairro para assentar a população.

No Recanto das Emas, a justificativa para a doação de lotes foi a condição paupérrima das famílias. Na Estrutural, a desculpa deve ser pautada pela luta por moradia. O governo entende que os invasores conquistaram o direito de ter prioridade na política de habitação desde o momento, no governo passado, em que foram transferidos da Alta para a Baixa Estrutural. A favela reunia nessa época cerca de 500 famílias.

A promessa de Roriz de assentar as famílias em outro lugar, no entanto, alimentou a esperança dos invasores e fez a favela crescer. As famílias que se enquadram nos critérios da política habitacional do governo receberiam moradia em vez de apenas lote. Seriam apartamentos de 40 a 60 m² em outras cidades do DF, como Samambaia. A notícia foi dada pelo próprio Roriz, de cima de um trio elétrico, em 1º de maio de 1999, na entrada da invasão.

